

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 166.745 - DF (2019/0184434-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**SUSCITANTE** : **JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO FEDERAL DA 10A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INTERES.** : **CLARICE MARTINS DE CASTRO**  
**INTERES.** : **EDUARDO VIEIRA DA COSTA GUARAGNA**  
**INTERES.** : **ABDO FARRET NETO**  
**INTERES.** : **NARA DA SILVA GUARANHA**  
**INTERES.** : **UNIÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o Juízo Federal da 1ª Vara Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, suscitante, e o Juízo Federal da 10ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, suscitado. Nos autos da ação, a parte autora pleiteia a concessão de reparação retroativa decorrente de declaração de anistiado político a João Cândido Maia Netto.

O juízo suscitado declinou de sua competência sob o seguinte argumento:

Ora, a competência no mandado de segurança, tanto individual quanto coletivo, é firmada com base na sede funcional da autoridade apontada como coatora. Tratando-se de competência de natureza absoluta, é irrelevante a natureza do ato impugnado, a matéria discutida ou o domicílio do impetrante.

...

No caso, sendo Brasília/DF a sede funcional da autoridade impetrada, o Juízo daquela Subseção Judiciária é absolutamente competente para apreciar o mandamus.

Recebidos os autos pelo suscitante, este instalou o Conflito Negativo de Competência seguindo o entendimento:

O mandado de segurança é garantia do cidadão - e não da autoridade - prevista no rol de direitos fundamentais, conforme precisa lição de Cassio Scarpinella Bueno.

...

Assim, afigura-se contrassenso deixar de reconhecer aos impetrantes a possibilidade de ajuizarem o writ no foro do seu domicílio, notadamente à luz do § 2º do art. 109 da Constituição da República, norma ampliadora do acesso à justiça que, dentre outras opções, expressamente prevê que "as causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na

seção  
judiciária em que for domiciliado o autor".

O art. 109 da Constituição Federal não faz distinção entre as várias espécies de ações e procedimentos previstos na legislação processual, motivo pelo qual o fato de se tratar de uma ação mandamental não impede o autor de escolher, entre as opções definidas pela Lei Maior, o foro mais conveniente à satisfação de sua pretensão.

**É o relatório.**

**Decido.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 31 de julho de 2019.

A Constituição da República, art. 109, § 2º, determina:

§ 2º As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

Da interpretação do referido artigo extrai-se que constitui **faculdade do impetrante a escolha do foro conveniente** para a propositura da ação mandamental, cabendo assim a sua impetração na seção judiciária em que for domiciliado, assegurando o acesso à justiça.

Ainda que a sede funcional da autoridade coatora seja no Distrito Federal, não compete ao magistrado limitar a aplicação do próprio texto constitucional, por ser legítima a escolha da parte autora, impondo-se reconhecer a competência do juízo suscitado.

A propósito:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. ARTIGO 109, § 2o. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO NO DOMICÍLIO DO AUTOR. FACULDADE CONFERIDA AO IMPETRANTE.

1. Conforme estabelece o § 2o. do art. 109 da Constituição Federal, as causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal, visando o acesso à Justiça.

2. Conflito de Competência conhecido para declarar competente o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2a REGIÃO.

(CC 163.820/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/03/2019, DJe 02/04/2019)

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. EXAME DA OAB. AUTORIDADE FEDERAL IMPETRADA. IMPETRANTE OPTA PELO FORO DE SEU DOMICÍLIO. PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA. NOVO POSICIONAMENTO DO STF E DO STJ. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FEDERAL DO DOMICÍLIO DA PARTE IMPETRANTE.

1. Trata-se de Conflito Negativo de Competência cujo suscitante é a 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro e suscitada é a Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Aparecida de Goiânia-GO. O Conflito refere-se, em suma, a Mandado de Segurança, com pedido liminar, acerca de Exame de Ordem da OAB-GO.

2. O Juízo suscitante declarou-se incompetente para o processo e julgamento do feito, sob o fundamento de que, conforme o entendimento atual do STJ, perfilhando a orientação do STF sobre o tema, pode o Autor impetrar o Mandado de Segurança no foro de seu domicílio, nos termos do disposto no § 2.º do art. 109 da Constituição Federal.

3. O Juízo suscitado, por sua vez, reconheceu sua incompetência para processar e julgar o feito, sob o fundamento de que é pacífico na doutrina e na jurisprudência o entendimento de que a competência para processar e julgar mandado de segurança é de natureza absoluta e improrrogável, sendo fixada pela autoridade impetrada e sua categoria funcional.

4. Na origem, cuida-se de Mandado de Segurança impetrado por particular perante o Juízo Federal da Vara Cível e Criminal de Aparecida de Goiânia, contra ato imputado à Fundação Getúlio Vargas e ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, objetivando que lhe seja atribuída pontuação no XXVI Exame da Ordem e reconhecida a sua aprovação.

5. Considerando que figura no polo passivo do Mandado de Segurança, como impetrado, o Conselho Federal da OAB, com sede funcional em Brasília, em regra, haveria a competência da Seção Judiciária desta Capital para o processamento do feito.

6. Nada obstante, consoante o entendimento do STJ, tratando-se de mandado de segurança impetrado contra autoridade pública federal, o que abrange a União e respectivas autarquias, o Superior Tribunal de Justiça realinhou a sua jurisprudência para adequar-se ao entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, admitindo que seja aplicada a regra contida no art. 109, § 2º, da CF, a fim de permitir o ajuizamento da demanda no domicílio do autor, tendo em vista o objetivo de facilitar o acesso à Justiça. (AgInt no CC 154.470/DF, Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 18/4/2018). No mesmo sentido, o seguinte julgado em situação semelhante: AgInt no CC 150.269/AL, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Seção, DJe 22/6/2017; CC 164.354/DF, Ministro Og Fernandes, 29/4/2019).

7. Dessa feita, uma vez que a parte autora optou pela propositura da ação mandamental perante o Juízo do local de seu domicílio, este é o competente para o julgamento da causa. Nesse diapasão, deve ser declarado competente o Juízo Federal da Vara Cível e Criminal de Aparecida de Goiânia, o Suscitado.

8. Conflito de Competência conhecido para declarar competente o Juízo suscitado.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. ARTIGO 109, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO NO DOMICÍLIO DO AUTOR. FACULDADE CONFERIDA AO IMPETRANTE. PRECEDENTES.

1. O STJ, seguindo a jurisprudência pacificada do Supremo Tribunal Federal, entende que as causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na Seção Judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda, ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

2. Optando o autor por impetrar o mandamus no seu domicílio, e não naqueles outros previstos no § 2º do art. 109 da Constituição Federal, não compete ao magistrado limitar a aplicação do próprio texto constitucional, por ser legítima a escolha da parte autora, ainda que a sede funcional da autoridade coatora seja no Distrito Federal, impondo-se reconhecer a competência do juízo suscitado.

3. Nesse sentido: AgInt no CC 158.943/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Seção, DJe 17/12/2018; AgInt no CC 154.470/DF, Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 18/04/2018; AgInt no CC 153.724/DF, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, DJe 16/2/2018; AgInt no CC 148.082/DF, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Seção, DJe 19/12/2017.

4. Agravo Interno não provido.

Ante o exposto, **conheço do Conflito Negativo de Competência para declarar competente o Juízo Federal da 10ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul**, ora suscitado.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator